

OS CORPOS FAMINTOS E A REPÚBLICA

ANESTESIADA: réplicas e comentários adicionais a “Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico”¹

David F. L. Gomes²

RESUMO: Este artigo apresenta algumas réplicas e comentários adicionais a meu ensaio “Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico”.

Palavras-chave: Brasil; 2020; réplicas; comentários adicionais.

ABSTRACT: This paper presents some replies and additional comments to my essay “Brasil, 2020: an attempt to diagnose”.

Keywords: Brasil; 2020; replies; additional comments.

¹ Agradeço a Giulia Athayde e a João Pedro Lopes Fernandes pela cuidadosa revisão do manuscrito.

² Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFMG. Ex-professor substituto do Departamento de Direito da UFOP, entre 2013 e 2014.

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO: UM DIAGNÓSTICO E OS RISCOS QUE ELE CARREGA. 2. COMENTÁRIOS E RÉPLICAS. 3. OS CORPOS FAMINTOS E A REPÚBLICA ANESTESIADA. REFERÊNCIAS.

1. Introdução: um diagnóstico e os riscos que ele carrega

Um esforço de diagnóstico, para fazer minimamente justiça à sua pretensão, precisa oferecer uma *imagem, ainda que difusa, do todo*: a ligação entre teoria e práxis que ele opera como diagnóstico depende precipuamente de sua capacidade de articular elementos distintos do presente e fornecer a partir deles algum senso de totalidade. É somente assim que um diagnóstico de época pode apresentar-se como mediação entre uma compreensão teórico-crítica e uma prática crítica possível.

Nesse sentido, o que um ensaio de diagnóstico – um diagnóstico sob a forma de ensaio – coloca em destaque são as linhas fundamentais de tendência que atuam dentro de determinada sociedade, em determinado momento histórico. Um conjunto sempre grande de detalhes que poderiam matizar essas linhas de tendência é inelutavelmente deixado de lado: afinal, se procurássemos incluir esses detalhes – uns mais, outros menos relevantes – na própria elaboração do diagnóstico, é a possibilidade mesma de uma imagem do todo que acabaria por se perder.

Isso explica bem o tipo de risco envolvido na propositura de diagnósticos e o motivo pelo qual costumam ser tão raros – ainda quando talvez não haja outra tarefa teórica mais importante do que esta de tentar fornecer diagnósticos adequados do tempo presente, sobremaneira para aquelas elucubrações que reivindicam para si a condição de uma teoria crítica.

As linhas fundamentais de tendência que meu ensaio “Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico” (GOMES, 2021a) retrata podem ser resumidas com estas palavras: o retrocesso autoritário que estamos a vivenciar não encontra sua explicação primária na convergência mundial de crises da democracia e do constitucionalismo. Sem dúvida, essa convergência desempenha algum papel, mas um papel secundário: como contingência, ela catalisa a emergência de um tipo específico de autoritarismo – aquele encarnado em figuras como D. Trump, V. Orbán, J. Bolsonaro. Mas a condição de possibilidade da reemergência do autoritarismo em si, com qualquer feição que viesse a adquirir, entre nós deve ser buscada em

outro lugar. Seu fator primordial de explicação remonta a 2013, data que marca o esgotamento do intento de conciliação entre capitalismo e democracia inclusiva iniciado no fim da década de 2000 e aprofundado na década de 2010. Na medida em que esse intento de conciliação assumiu, como de costume desde meados do século XX, a forma organizacional de um Estado de Bem-Estar Social – ainda que muito precário –, nossa crise atual é menos bem definida se tomada como crise da democracia ou do constitucionalismo do que se pensada como uma nova figura das tendências de crise do Estado de Bem-Estar Social em sua refração periférica (GOMES, 2020; 2021c) – o que, claro, significa *também* uma crise da democracia e do constitucionalismo, mas uma sua crise determinada pelas tensões entre ambos, de um lado, e o modo de produção capitalista, de outro.

Como em qualquer crise, no momento em que ela eclode seus desdobramentos não estão predeterminados: tudo depende sempre das teias semânticas disponíveis e de sua força relativa, dos horizontes de sentido a partir dos quais indivíduos e grupos interpretarão o que está a ocorrer e orientarão sua ação em face do que está a ocorrer. No caso brasileiro, dois plexos de sentido, duas narrativas de mundo, lograram hegemonia e, nas afinidades eletivas entre elas, foram formando um amálgama apto a explicar o mundo e a orientar a ação *no* mundo do ponto de vista de uma parcela muito grande da população. A esses dois plexos de sentido chamei de *narrativa neoliberal* e *narrativa sacramental-teológica*. A imbricação entre elas é o que parece, aos olhos e ouvidos daquela parcela majoritária da população, ter vindo organizando e legitimando em um todo amorfo o conjunto bizarro de atrocidades que se encarnaria, como culminação ao menos provisória da crise, no governo Bolsonaro – do desmonte arbitrário do Estado ao aumento da violência policial, da depredação ambiental ao desrespeito a minorias, do aumento da desigualdade à ameaça constante de golpe. A capacidade de hegemonia dessas duas narrativas, por sua vez, vem diretamente ligada ao fator complementar – que as condiciona tanto quanto é por elas condicionado – de uma elevada degradação da esfera pública como espaço de aprendizagem social e de busca cooperativa do entendimento recíproco.

Todavia, a pretensão totalizante da imagem de sociedade que essa imbricação narrativa gera não é recepcionada socialmente de maneira meramente inerte ou submissa. Numa dimensão psicossocial mais profunda, a vida – que cada vez mais é privada da possibilidade de atribuir sentido a si mesma, recebendo esse sentido como algo dado externamente por aquelas narrativas hegemônicas – resiste manifestando patologicamente sintomas mais intensos a cada dia de uma ansiedade generalizada, à qual se tenta desesperadamente responder com um processo igualmente intensificado de medicamentação. A consequência é que essa vida – inclusive daquelas e daqueles que numa dimensão superficial parecem aderir com gosto à

narrativa neoliberal e à narrativa sacramental-teológica – vai tornando-se mais e mais uma *vida sedada*.

Essa vida sedada – que reflete em si uma resistência sob a forma de sofrimento e que, por isso mesmo, vem ancorada numa base antropológica que ultrapassa fronteiras político-ideológicas – não é, por suposto, a única resistência com a qual se depara o intento das narrativas hegemônicas de consolidarem um paradoxal *projeto não-social de sociedade*. Grupos mais ou menos organizados e movimentos sociais de perfis diversos dão à resistência a sua devida coloração político-ideológica. Contudo, nessa resistência sob a forma da ação coletiva é possível enxergar três problemas de significativa envergadura: em primeiro lugar, a própria ênfase excessiva na semântica da *resistência* acaba por tornar-se um elemento de imobilização, em muitos casos bloqueando ou, pelo menos, não estimulando a *formulação de projetos alternativos* de sociedade e de país com um mínimo de concretude. Em segundo lugar, o avanço do identitarismo forte produz tendências ao autofechamento, caricaturizadas numa leitura equivocada do conceito de “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017) – o que dificulta uma articulação mais ampla entre grupos e movimentos diversos, articulação sem a qual parece difícil que alguma oposição ao projeto das narrativas hegemônicas alcance êxito. Em terceiro lugar, muitos desses grupos e movimentos são tomados por uma excessiva estetização da política, que carrega consigo um lamentável esquecimento – num país que segue perversamente assolado pela desigualdade – dos problemas ligados a diferenças de classe (GOMES, 2019a).

O fato de que a conjunção desses problemas, com seus pesos variados, se dê no contexto de hegemonia das narrativas neoliberal e sacramental-teológica traz como consequência um alargamento da distância entre grupos e movimentos sociais, por um lado, e a ampla base populacional brasileira, por outro. Nesse cenário, nossos sonhos mais belos de um futuro emancipado deixam de fazer sentido para a maioria da população e, fechando o círculo, no cotidiano das suas vidas o sentido de suas ações tem tudo para ser simplesmente *dado* pela imbricação das narrativas hegemônicas.

Indubitavelmente, essas linhas fundamentais deixam de colocar em relevo muita coisa. Mas isso que elas não nomeiam expressamente parece-me tratar-se muito mais de fatores e aspectos que as matizam desde dentro, e não de algo que escape da moldura por elas traçada como *linhas fundamentais de tendência*. Em outras palavras, creio haver muito o que se possa discutir, muitos detalhes a tratar, muitos pontos a matizar: mas, em geral, não creio que essas linhas – repita-se, em sua condição de linhas fundamentais de tendência – precisem ser alteradas para fornecer um diagnóstico crítico do Brasil neste momento específico.

A partir desse diagnóstico, foi promovido um fértil debate textual, não tanto sobre meu

ensaio em si, mas primordialmente sobre o próprio Brasil neste momento delicado de nossa história. Na próxima seção, gostaria de comentar brevemente os textos desse debate e apresentar réplicas a algumas críticas mais diretamente feitas a mim. Na seção seguinte, para concluir, discuto, dentro ainda daquelas mesmas linhas fundamentais de tendência, dois fenômenos que aumentaram agudamente sua dimensão do ano passado para este ano: o retorno da fome e a anestesia das instituições.

2. Comentários e réplicas

Dentre os textos que gentilmente aceitaram o convite para pensar o Brasil no trágico 2020, aqueles escritos por Denise Girardon dos Santos (GIRARDON DOS SANTOS, 2021) e por Marcelo Sevybricker Moreira (SEVAYBRICKER MOREIRA, 2021) menos dialogam com meu ensaio e mais produzem, cada qual a seu modo, interessantes análises outras: D. Girardon dos Santos apoiando-se em sua ampla bagagem de estudos sobre republicanismo e pensamento descolonial; M. Sevybricker Moreira retomando a sempre inesgotável obra de um dos maiores nomes da Ciência Política brasileira – Wanderley Guilherme dos Santos³. Nos detalhes, certamente surgiriam divergências entre nós. Mas, quanto ao sentido geral de suas análises, não tenho muito o que objetar.

No caso de M. Sevybricker Moreira, é interessante notar que a pergunta que dá título a seu ensaio – seria a República de 1988 um voo de galinha? – permanece não respondida tanto pelo ensaio ele mesmo quanto pela prática de nossa República: ainda não sabemos, e, exatamente por isso, a pergunta preserva uma atualidade assustadora no momento em que as ameaças de golpe proliferam-se e intensificam-se.

O texto de Marcelo A. Cattoni de Oliveira (CATTONI DE OLIVEIRA, 2021) possui forma similar a um conjunto erudito de glosas, ou, como ele preferiu chamá-las, anotações a meu ensaio. A generosidade dessas anotações salta aos olhos de quem as lê, e é certamente maior do que a gratidão que consigo expressar aqui. M. Cattoni de Oliveira legitimamente reclama um tratamento mais detido sobre o Estado de Bem-Estar Social brasileiro no transcurso dos governos do Partido dos Trabalhadores (CATTONI DE OLIVEIRA, 2021, p. 4). Infelizmente, porém, não era possível fazê-lo sem desfigurar a proposta do ensaio de diagnóstico, e também não é possível que eu o faça aqui, neste pequeno espaço destinado a

³ Sobre o autor, cf. o livro lançado recentemente pelo próprio M. Sevybricker Moreira: SEVAYBRICKER MOREIRA, 2020.

réplicas e poucos comentários adicionais.

Finalmente, o artigo de Carla Benitez e Gustavo Seferian é o que mais diretamente dialoga com meu ensaio e mais críticas apresenta a ele. A combinação de adjetivações excessivamente elogiosas e tom professoral nas críticas tecidas já anuncia uma pulsão estranha no texto, que no fim das contas dá a ele sua tônica geral do início ao fim. Uma das consequências é que as críticas afastam-se tanto daquilo que me propus a fazer como diagnóstico e efetivamente sustentei em meu ensaio que é difícil imaginar que tenham alguma vez emergido de qualquer intenção sincera de aprendizagem recíproca. Como se não bastasse, pulula no texto, implícita e explicitamente, a velha disputa – de feição sectária e que tanto mal faz ao campo daquelas e daqueles que compartilham a esperança de um outro mundo possível – sobre “quem domina melhor o verdadeiro Marx”.

De toda sorte, entendo ser meu dever intelectual posicionar-me um pouco mais detalhadamente sobre tais críticas. O primeiro aspecto problemático da análise que C. Benitez e G. Seferian fazem de meu ensaio diz respeito à assimilação de meu *diagnóstico de época* – inspirado na tradição teórico-crítico frankfurtiana – ao estilo algo distinto que se consubstancia numa *análise de conjuntura* (BENITEZ; SEFERIAN, 2021, p. 3). Em uma síntese apertada, a diferença axial entre essas duas formas de busca por compreensão da realidade reside no peso dado pela análise de conjuntura às contingências, aos eventos e aos agentes individuais ou coletivos que operam na superfície imediata do cotidiano vivido. Mesmo quando, como reivindicam C. Benitez e G. Seferian a partir de H. de Souza, a análise conjuntural desce a questões de média e longa duração, os acontecimentos do dia a dia social e político – que formam o espaço possível para as intervenções táticas e estratégicas – preservam uma primazia que nunca adquirem igual em um diagnóstico de época. Neste, tais fenômenos contingenciais importam apenas na medida em que se revelam como sintomas de camadas muito mais profundas e duradouras, isto é, como sintomas precisamente daquelas linhas fundamentais que constituem uma tendência sociológica de fundo, apreensível teoricamente em certo tempo. Logo, interpretar um esforço de diagnóstico de época como uma análise de conjuntura é começar por não compreender pontos cruciais daquilo que ali está em jogo.

Um segundo aspecto problemático no artigo de C. Benitez e G. Seferian refere-se ao modo como leem meu argumento acerca da recente perda – ainda em processo – de centralidade da escrita na comunicação humana. Desenvolvi detalhadamente essa hipótese em texto posterior ao ensaio “Brasil, 2020” (GOMES, 2021b), o que justificaria sua incompreensão no contexto desse ensaio. Além disso, a hipótese certamente permanece aberta a críticas, e eu mesmo a apresento nesse outro texto posterior como a hipótese de um trabalho ainda

exploratório. O problema na interpretação de C. Benitez e G. Seferian é a trivialização da hipótese, como se ela desconhecesse ou desconsiderasse a intensidade do analfabetismo historicamente presente na população brasileira e por isso pudesse ser de pronto rejeitada (BENITEZ; SEFERIAN, 2021, p. 3). A falta de cuidado na leitura e de generosidade na interpretação faz com que não se perceba a dimensão sociológica e antropológica mais profunda daquilo que a hipótese procura indicar, dimensão condensada na ideia de referência ao texto escrito como *centro de gravitação* da comunicação em geral – comunicação em geral essa que sempre continuou, na Europa, nos Estados Unidos ou no Brasil, predominantemente oral. Enquanto C. Benitez e G. Seferian apenas aludem ao fato consumado do analfabetismo em nosso país, demonstrei em trabalhos anteriores largamente apoiados em fontes históricas primárias como, já na Independência do Brasil, a imprensa e a linguagem escrita alteraram radicalmente o tipo de comunicação da sociedade que passava a ser a sociedade brasileira – alteração que, sempre tomada em seu significado sociológico e antropológico profundo, incluiu desde o início também a população analfabeta (GOMES, 2015; 2019b).

O terceiro aspecto problemático reside nas críticas costuradas em face do meu argumento sobre a passagem de uma teologia comunal para uma teologia sacramental. Por um lado, essas críticas acusam o que seria a falta em meu texto de algo que efetivamente está presente nele; por outro, condenam o texto pela falta de algo que ele não se propôs a abranger. Duas críticas parecem-me mais importantes. A primeira delas vem talhada nestes termos:

Primeiramente, em razão de não nos parecer propriamente uma inflexão dada apenas no âmbito da teologia dominante (...), mas sim de uma experimentação para com a religiosidade cristã de modo geral, que guarda suas determinações fortes postas na vida cotidiana destas pessoas religiosas. (BENITEZ; SEFERIAN, 2021, p. 4)

Novamente, uma leitura mais cuidadosa do ensaio percebe sem dificuldades que a referência ao que chamo de teologia comunal e de teologia sacramental não coincide com o campo da ciência teológica. O que sempre me interessou foi a dimensão sociológica desse deslocamento na compreensão e na vivência do sagrado:

Esse processo de influência, não obstante sempre marcado por tensões, conseguia assim **configurar um certa compreensão de fundo religiosa** que transcendia os limites da teologia da libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, e inclusive os limites da igreja católica. Por isso, tenho chamado esse momento da religiosidade no Brasil como de predomínio de uma teologia comunal.

(...)

A partir mais ou menos meados da década de 1990, esse modelo de uma teologia comunal começa a perder espaço, sendo substituído progressivamente em sua força social agregadora por um novo **senso comum religioso**, por uma nova compreensão teológica de fundo. (GOMES, 2021a, p. 12-13, destaques

acrescentados)

Ou seja, o argumento discute mudanças na “compreensão de fundo religiosa”, no “senso comum religioso”, e, em momento algum, pretende dar conta do sofisticado e erudito debate sobre tudo isso no campo da teologia como ciência. Aquilo que C. Benitez e G. Seferian cobram como se lá não estivesse é exatamente o que se encontra expressamente no cerne da argumentação desenvolvida.

A segunda crítica é esta: “O segundo ponto que comporta nossa reserva quanto ao tema é uma sobrevalorização da institucionalidade eclesial e do papel do bispado na ação religiosa” (BENITEZ; SEFERIAN, 2021, p. 5). Essa segunda crítica é tanto mais surpreendente na medida em que uma diferença fundamental por mim apontada entre a teologia comunal e a teologia sacramental diz respeito justamente ao papel das hierarquias institucionais e do correspondente lugar da figura sacerdotal – o “bispado” na linguagem de C. Benitez e G. Seferian –, secundário naquela e novamente de relevância primária nesta:

Aqui está outro ponto de divergência em face da teologia comunal: fosse na tradição protestante ainda ligada aos motivos originais da Reforma, fosse **numa igreja católica então menos apegada às hierarquias formais da instituição, a figura sacerdotal possuía um valor secundário diante da relevância primária atribuída ao contato direto, intersubjetivamente construído, entre fiéis e as escrituras sagradas.** No horizonte da teologia sacramental, o sacerdote volta ao primeiro plano. (GOMES, 2021a, p. 18, destaques acrescentados)

Por conseguinte, há tudo menos uma “sobrevalorização da institucionalidade eclesial e do papel do bispado na ação religiosa” em minha interpretação da teologia comunal e da teologia da libertação – que, a propósito, em minha leitura guardam entre si afinidades eletivas, mas em momento algum se reduzem uma à outra.

Para além dessa impertinência na crítica, o que ela parece querer exigir é uma espécie de genealogia detalhada do cristianismo da libertação latino-americano e se insurge contra o fato de minha abordagem começar pela referência ao Concílio Vaticano II. Quanto à genealogia do cristianismo da libertação na América Latina ou mais especificamente no Brasil, sem dúvida meu ensaio não a traz, e nunca pretendeu trazê-la. A referência ao Concílio Vaticano II o toma como marco de uma mudança teológico-institucional, mas, como fica claro nas passagens trazidas à colação acima, isso não significa reduzir o que está sendo discutido a essa dimensão institucional, posto que o ponto de interesse são exatamente os desdobramentos sociológicos que se relacionam a essa mudança teológico-institucional. Se é verdade que não apresento, como nunca pretendi, uma genealogia do cristianismo da libertação latino-americano, daí a dizer que faço “tábula rasa do movimento caracterizador de um cristianismo da libertação que

desde os anos 1950 marcava a realidade social latino-americana” (BENITEZ; SEFERIAN, 2021, p. 5) vai uma distância que é difícil entender como a autora e o autor da crítica puderam desconsiderar.

O quarto ponto que eu gostaria de comentar no escrito de C. Benitez e G. Seferian é o modo como discordam de minha caracterização do período que abrange a década de 2000 e o início da década de 2010 como um Estado de Bem-Estar Social no Brasil. O mais problemático aqui é a redução do debate sobre bem-estar a um debate moral, desconsiderando, por exemplo, a profícua literatura econômica que se debruça sobre o problema do bem-estar:

A ideia de “Bem-Estar” não nos parece nem de longe adequada para caracterização das relações sociais capitalistas nesta etapa histórica analisada. Trata-se, mais do que tudo, de uma categoria de base moral, que mais turva do que elucida a compreensão da real. (BENITEZ; SEFERIAN, 2021, p. 7).

Minha referência para pensar o problema continua sendo econômica, ou melhor, fincada na economia política:

Este é o ponto de partida para se compreender a política social entre 2003 e 2014 na perspectiva do experimento desenvolvimentista. O pressuposto da organização de um Estado de bem-estar social é a política social, ou seja, como o movimento da estrutura pública, ancorada pela tributação e pelo gasto, interfere diretamente nas estruturas desiguais de uma sociedade subdesenvolvida em direção à igualdade e ao desenvolvimento. (...) A política social é entendida neste capítulo como a manifestação direta do desejo do Estado por transformar uma sociedade subdesenvolvida. (CALIXTRE; FAGNANI, 2018, p. 328-329)

Ademais desse ponto, as contradições que C. Benitez e G. Seferian apontam para recusar a categoria do Estado de Bem-Estar Social aos governos do Partido dos Trabalhadores são para mim justamente as contradições que permitem classificá-los como a implantação de um Estado de Bem-Estar Social, ainda que tardio e nunca suficientemente robusto, entre nós. Afinal, tendências contraditórias são a marca de uma forma de organização do Estado que se esforça no empreendimento – fadado ao fracasso no médio e muito mais no longo prazo – de conciliação entre capitalismo e democracia inclusiva.

Se não tomamos o modelo do Estado de Bem-Estar Social europeu como protótipo exclusivo desse arranjo estatal, não há dificuldade alguma em entender que entre os anos de 2003 e mais ou menos 2013 ou 2014 teve vigência entre nós um Estado de Bem-Estar Social em suas especificidades periféricas. Da minha parte, nunca tomei – como fazem C. Benitez e G. Seferian (2021, p. 10) – o exemplo europeu como protótipo por excelência de um Estado de Bem-Estar Social autêntico, em comparação com o qual outros arranjos assemelhados no mundo deveriam ser medidos. Sempre o defini, em termos muito abstratos, como o intento de

compatibilização entre imperativos do capitalismo e abertura inclusiva da democracia, e tenho entendido que essa definição abstrata refrata-se globalmente e pode, portanto, assumir formas históricas concretas muito distintas mundo afora (GOMES, 2020).

O manuseio desse conceito para caracterizar o período de 2003 a 2013-2014 permite distinguir esse período de todas as outras épocas da história brasileira e mostrar, com isso, o quanto esses anos, apesar de todas as suas limitações, foram únicos nessa sofrida história: pela primeira vez, o crescimento econômico não teve um caráter regressivo, e foi acompanhado de significativa redistribuição – tanto pessoal quanto funcional – da renda e de redução da miséria, além de um processo igualmente inédito de inclusão de minorias. Isso sem dúvida é pouco diante das fantasias de onipotência revolucionária sem pés no chão; mas é muito quando, insisto, voltamos ao solo concreto da história e nos lembramos da nossa trajetória secular como sociedade de herança colonial e escravista.

Entretanto, é exatamente a peculiaridade desse período que C. Benitez e G. Seferian querem negar, preferindo reduzi-lo a suas continuidades em relação a governos anteriores. Não há dúvidas de que houve tais continuidades, mas, por um lado, não permaneceram intocadas ao longo daqueles 11 ou 12 anos e, por outro, não reduzem a si tudo o que foram os governos Lula e Dilma.

O quinto e último dos pontos do artigo de C. Benitez e G. Seferian sobre o qual gostaria de debruçar-me toca na questão dos movimentos sociais. As críticas começam com um lamentável *argumentum ad hominem* que, sinceramente, eu esperava já ter sido superado em diálogos anteriores com a autora e o autor:

Se pudemos perceber desde a trajetória pessoal de David Gomes na construção pastoral, bem como sua vivência junto a estratos das classes trabalhadoras em sua lida com a religiosidade cristã no último período, ter sido o elemento concreto a proporcionar um arguto olhar à viragem posta nas manifestações religiosas em nosso país, o mesmo não se deu quanto a outros movimentos sociais.

Supomos, assim, tenha sido a mesma tomada de referências desde a realidade social experimentada pelo autor que o fez notar, ao revés da profundidade para com a lida do outro tema, de forma obnubilada a conformação dos movimentos sociais populares que hoje pulsam no Brasil. (BENITEZ; SEFERIAN, 2021, p. 15)

Ou seja, é como se o fato de eu não tomar parte nas mesmas organizações e lutas que ela e ele encampam desautorizasse, de partida, toda minha análise.

Em seguida, acusam-me de haver estendido a crítica ao identitarismo forte à totalidade dos movimentos sociais:

Ocorre que, **ao revés do apontado pelo autor**, esta fração do movimento

social não expressa nem de longe o que é a totalidade dos movimentos sociais (algo percebido e exposto no texto, ainda que timidamente, no item XXII), caracterizando, na realidade, uma parcela diminuta – em que pese bastante verborrágica e barulhenta na virtualidade, pautada pela tônica da lacração e do cancelamento – dos que se colocam em ação. (BENITEZ; SEFERIAN, 2021, p. 16, destaques acrescentados).

Pouca coisa faz menos justiça a meu ensaio do que essa acusação. Nele, escrevo explicitamente:

A relevância crítica desses movimentos é inegável. Mas, partindo do pressuposto dessa relevância, apontar alguns de seus limites impõe-se como uma tarefa urgente.

Em primeiro lugar, formou-se nos últimos anos, em um processo de mão dupla entre a academia e as lutas sociais, um amálgama entre cultura, identidade e performance. Com isso, a dimensão cultural dos conflitos sociais passou a ganhar um predomínio avassalador, com as demandas por reconhecimento de identidades plurais assumindo a dianteira das pautas.

(...)

Esse acento cultural-identitário-performativo pode ser mapeado em movimentos como o estudantil, o feminista, o negro, o LGBT+: ou seja, em alguns dos principais movimentos sociais das últimas décadas. (GOMES, 2021a, p. 27, destaques acrescentados)

Mais à frente, continuo: “com isso dificulta-se o diálogo entre movimentos mais diretamente ligados a pautas de reconhecimento e movimentos imediatamente mais voltados a pautas redistributivas” (GOMES, 2021a, p. 28). Não só não caracterizo a totalidade dos movimentos sociais como assolada pelo identitarismo forte como nada há em meu texto que permita sequer concluir que tudo no movimento estudantil, no movimento feminista, no movimento negro ou no movimento LGBT+ possa ser reduzido a esse identitarismo forte. Trata-se de um “acento”, que “pode ser mapeado”, e apenas isso.

Por certo, não apresento no texto – novamente, nunca foi o objetivo – um mapeamento exaustivo das organizações sociais de luta ativas hoje no Brasil. Mas, se ao não o fazer, acabo por não mencionar expressamente um sem número de movimentos sociais que não estão tomados pela afetação do identitarismo, é porque em sua atuação não me parece haver questões problemáticas a indicar, e um diagnóstico de época não é um panegírico: isto é, não cabe a um diagnóstico com pretensões críticas nada parecido – como cobram C. Benitez e G. Seferian – com uma apologia do existente.

Contudo, que continue havendo esses movimentos outros – de luta pela terra, por moradia, pelos direitos dos povos indígenas, pela melhoria das condições de vida em vilas e favelas, e tantos mais – não permite de modo algum concluir que não haja hoje um abismo entre a atuação dos movimentos sociais – agora sim, tomados em geral – e a maioria da população

brasileira (BENITEZ; SEFERIAN, 2021, p. 18), interpelada intensiva e cotidianamente pela imbricação entre narrativa neoliberal e narrativa sacramental-teológica. Não reconhecer esse abismo – permanecer na negação em face dele e, portanto, não agir para buscar reduzi-lo –, é o que fará com que, ainda por muito tempo, o campo progressista não consiga avançar significativamente no Brasil, enquanto aquelas e aqueles que se pretendem seus porta-vozes exclusivos permanecem tranquilamente nadando em volta de seu aquário e encantando-se de modo reiterado com sua própria imagem refletida nas paredes de vidro.

3. Os corpos famintos e a República anestesiada

O final de meu “Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico” insistia na ideia segundo a qual, em que pesem as dificuldades deste momento, a história permanece aberta e os desdobramentos socioeconômicos drásticos anunciados como consequência da pandemia causada pela SARS-COV-19 não precisavam necessariamente concretizar-se sob a forma do aumento da desigualdade e da correlata piora nas condições de vida da população mais pobre. A história parece continuar aberta, sem futuro definido. Mas a vida das pessoas mais pobres no Brasil piorou de maneira escandalosa do ano passado para cá. Não se trata mais, primordialmente, da desigualdade ampliada e intensificada: muito pior, trata-se do retorno escancarado e em escala exponencial da miséria extrema e da fome.

O misto continuado de crise sanitária, crise econômica e irresponsabilidade política fez com que voltassem a vagar pelas ruas corpos esqueléticos, em cujos olhos já não brilha esperança alguma de um tempo melhor. Não só a população de rua, porém, se vê tragada por uma fome cujos precedentes mais próximos remontam a décadas no passado. O renovado fenômeno da fome atingia, em dezembro de 2020, 116,8 milhões de brasileiras e brasileiros, dos quais 43,5 milhões não possuíam alimentos em quantidade nutricional suficiente e 19,1 milhões estavam literalmente passando fome⁴. 9 meses depois, tudo leva a crer que o quadro tenha piorado: somos hoje, mais do que qualquer outra coisa, uma pátria de corpos famintos.

Se a metáfora do corpo é pelo menos tão velha quanto o pensamento humano sobre a política, podemos permanecer com a imagem de corpo para refletir sobre um último ponto. Enquanto a fome tomava o país, a tensão entre os Poderes da República se foi acirrando mais e mais, e voltamos a discutir abertamente a possibilidade de um golpe de Estado. O Presidente

⁴ Dados da Rede PenSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – disponíveis em: <http://olheparaafome.com.br/#manifestu>. Acesso em 14 de setembro de 2009.

da República, mais de uma vez, fez menção a ele, ameaçou usá-lo, constrangeu outros Poderes, incitou a população contra as instituições que, em seu todo, conformam o Estado Democrático de Direito. Essas instituições, no entanto, pareciam não sentir. Como que anestesiadas por um pesado sedativo, iam vendo partes de si sendo rasgadas, sem que se movessem ou reagissem para além de quase inaudíveis sussurros de reclamo. Como consequência, continuaram sendo feridas, machucadas, amputadas. E quando agora, a partir de meados de 2021, finalmente parecem querer despertar do sono anestésico, percebem que sua degradação foi longe demais e que o corpo da República de 1988 talvez não sobreviva.

Se sobreviver – como ainda é possível que o faça – as sequelas lhe seguirão por muitos anos. A República anestesiada não teve extirpados de seu corpo apenas pedaços fundamentais de si ligados à harmonia entre os Poderes e à preservação da democracia política. Também lhe foram arrancados ou aleijados órgãos de cultura, de saúde, de educação, de combate à corrupção, de planejamento econômico para o desenvolvimento. Uma longa memória burocrático-administrativa – imprescindível a qualquer país, mas sobretudo aos países periféricos – vem sendo simplesmente jogada fora. Se seu descarte não precisa de mais do que quatro anos, a reconstrução exigirá uma paciência muito maior.

Quando a anestesia passar por completo, a dor será perto do insuportável. Em outros termos, quando a Era Bolsonaro passar – e gostaria de terminar sem abandonar a esperança de que ela passe –, seu legado de atraso, morte e destruição ainda restará por muito tempo entre nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENITEZ, Carla; SEFERIAN, Gustavo. **Quatro apontamentos para uma sempre inconclusiva avaliação conjuntural à quente**: diálogos com David Gomes. *REVICE – REVISTA DE CIÊNCIAS DO ESTADO (UFMG)*, v. 6, p. 1-21, 2021.

CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (orgs.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018, p. 327-364.

GIRARDON DOS SANTOS, Denise T. Brasil Latino-americano: colonialidade, déficit republicano e inquietações sobre/para o futuro, pela perspectiva descolonial. *REVICE – REVISTA DE CIÊNCIAS DO ESTADO (UFMG)*, v. 6, p. 1-23, 2021.

GOMES, David F. L. *'Houve mão mais poderosa'?: Soberania e Modernidade na Independência do Brasil*. Belo Horizonte: Initia Via, 2015.

GOMES, David F. L. Cultura e política: entre a potência da performance, os riscos da estetização e o esquecimento das diferenças de classe. *REVICE – Revista de Ciências do Estado (UFMG)*, v. 4, p. 1-13, 2019a.

GOMES, David F. L. *A Constituição de 1824 e o problema da modernidade*: o conceito moderno de Constituição, a história constitucional brasileira e a teoria da Constituição no Brasil. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019b.

GOMES, David F. L. Constitucionalismo e dependência: em direção a uma Teoria da Constituição como Teoria da Sociedade. In: José Ricardo Cunha (org.). *Teorias Críticas e Crítica do Direito* – Volume II. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

GOMES, David F. L. Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico. *REVICE – Revista de Ciências do Estado (UFMG)*, v. 6, p. 1-39, 2021a.

GOMES, David F. L. La pérdida de centralidad de la comunicación escrita y los riesgos para la democracia ? un estudio exploratorio. In: Gonzalo Scivoletto; Carlos Diego Martínez Cinca (orgs.). *Estado de Derecho y Legitimidad Democrática* – Perspectivas, problemas y propuestas. Buenos Aires: Editores del Sur, 2021b, p. 209-234.

GOMES, David F. L. 2020 y la crisis de Brasil como crisis de nuestra América: hacia una defensa del Estado de bienestar en América Latina y el Caribe, más allá del Estado nacional. *OPINIÓN JURÍDICA*, v. 20, p. 49-66, 2021c.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

SEVAYBRICKER MOREIRA, Marcelo. *O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos*. Curitiba: Appris, 2020.

SEVAYBRICKER MOREIRA, Marcelo. Um voo de galinha? Um ensaio sobre a Nova República. *REVICE – Revista de Ciências do Estado (UFMG)*, v. 6, p. 1-15, 2021.